

A TRADIÇÃO DA PESCA NO TERRITÓRIO SESMARIA DO JARDIM (MARANHÃO): CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

TRADITIONAL FISHING IN THE TERRITORY OF SESMARIA DO JARDIM, STATE OF MARANHÃO, BRAZIL: SOCIOENVIRONMENTAL CONFLICTS AND MOBILIZATION STRATEGIES

Flávio Bezerra Barros

flaviobb@ufpa.br

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Agrícolturas Amazônicas da UFPA e Ciências Ambientais da UNEMAT. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6155-0511>

Noemi Sakiara Miyasaka Porro

noemi@ufpa.br

Ph.D. em Antropologia Social pela University of Florida. Professora do Programa de Pós-Graduação em Agrícolturas Amazônicas da UFPA.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8781-4351>

Anny da Silva Linhares

annyufpa@outlook.com

Mestre em Agrícolturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela UFPA. Coordenadora da Comissão de Territórios Tradicionais do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2441-8685>

Ciro de Souza Brito

cirosbrito@gmail.com

Mestre em Agrícolturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela UFPA. Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Orcid: <https://orcid.org/0000.0002.5912-4839>

RESUMO

O artigo discute as práticas e os conhecimentos tradicionais associados à pesca no contexto de conflitos socioambientais envolvendo criadores de búfalos e as comunidades quilombolas Bom Jesus e São Caetano, ambos localizadas no Território Sesmaria do Jardim, município de Matinha, Estado do Maranhão. As estratégias de mobilização social levadas a cabo pelas famílias quilombolas com vistas a conservação do ambiente e o direito de acesso e uso dos recursos presentes nos campos inundáveis também são objeto de reflexão neste texto. Partimos de uma abordagem da pesquisa-ação e os métodos de investigação se assentam em entrevistas etnográficas, lista livre, observação participante, discussões em grupo de enfoque e oficinas para ação pública. Os resultados demonstram como diferentes atores sociais se apropriam de modos distintos dos campos para exercer usos concorrentes. Os pescadores artesanais reivindicam o livre acesso ao campo enquanto recurso de uso comum, para o desenvolvimento de suas práticas sociais no trabalho da pesca associado à conservação dos recursos e da natureza. Criadores de búfalos e piscicultores, numa outra lógica, impõem a privatização dos campos, através da implantação de cercas elétricas e açudes artificiais para criação

de peixes exóticos. Concluímos que a pesca artesanal dos quilombolas se constitui de práticas e conhecimentos tradicionais, e acima de tudo é construída por processos de resistência por direitos definidos num campo de forças políticas.

Palavras-chave: Conhecimento Tradicional. Pesca artesanal. Ação coletiva. Conservação da biodiversidade. APA da Baixada Maranhense.

ABSTRACT

This article is about traditional practices and knowledge, related to peasant fishing in the context of socio-environmental conflicts between buffalo breeders and the quilombola communities of Bom Jesus and São Caetano, both located in the Territory Sesmaria do Jardim, municipality of Matinha, Maranhão State, Brazil. This research focus on strategies of social mobilization carried out by the quilombola families aiming at the rights to access and conserve their traditionally occupied floodplains. Based on research-action methodology, we carried out ethnographic interviews, participant observation, free listing, focus group discussion and workshops. The results show how different social actors approach the floodplains distinctly, in concurrent uses. The traditional fishermen and fisherwomen vindicate free access to the floodplains as a common use resource, which must be conserved. On a diverse logic, buffalo breeders and commercial captive fish farmers impose the privatization of the floodplains, placing barbed-wire electric fences and manmade reservoir for breeding captive exotic fish. We conclude that traditional fishing is about practices and knowledge, but overall it is about processes of resistance for rights defined in a field of political forces.

Keywords: Traditional knowledge. Artisanal fishing. Collective action. Biodiversity conservation. APA da Baixada Maranhense.

INTRODUÇÃO

O artigo socializa resultados de pesquisa-ação conduzida em duas comunidades tradicionais¹ localizadas no Território Sesmaria do Jardim, município de Matinha, estado do Maranhão. Tal pesquisa vem sendo desenvolvida por equipe multidisciplinar de pesquisadores envolvendo docentes, discentes e egressos do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará, em diálogo com representantes do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), lideranças e grupos familiares das comunidades São Caetano e Bom Jesus.

Para efeito deste texto, são apresentados dados de cunho etnográfico acerca dos conhecimentos e práticas tradicionais desenvolvidos para acessar, conservar e renovar os recursos pesqueiros. Examinamos desde sua relevância social até os desafios colocados às comunidades, a partir dos conflitos sociais e ambientais existentes (ACSELRAD, 2010). As estratégias de luta mobilizadas pelas famílias quilombolas são também foco de descrição e análise.

A pesca é uma das atividades extrativistas tradicionais mais importantes na região amazônica por motivos diversos e complexos. O peixe representa uma das principais fontes de proteína para as comunidades tradicionais que vivem em áreas de rios, igarapés, lagos e demais cursos de água relevantes do ponto de vista da produção pesqueira (ISAAC; BARTHEM, 1995). Silvano (2004) também destaca o papel da pesca, tanto a realizada em regiões costeiras como fluviais, na geração de emprego e renda, sendo a pesca artesanal a forma mais comum existente. Sobretudo, a pesca sustenta e é sustentada por relações sociais que constroem a identidade e etnicidade de grupos sociais que nela se fundamentam; especialmente porque a sociedade em que se inserem antagoniza

seus modos de vida. A pesca foi elemento fundamental na formação de quilombos na Baixada Maranhense, possibilitando sua existência social num Estado que os abominava. As pescarias, neste contexto, são de natureza complexa e imprevisível, articulando grande variedade de técnicas e uma rica diversidade de espécies. As condições climáticas, as estações do ano, as fases da lua, para citar alguns exemplos, são elementos cruciais para o desenvolvimento da atividade pelos pescadores em seus territórios.

Para acessar, conservar e renovar os recursos pesqueiros, pescadores se utilizam de conhecimento tradicional detalhado acerca de aspectos que envolvem a ecologia, o comportamento e a classificação dos peixes e tal conhecimento influencia e é influenciado pelas estratégias de pesca (PARRISH, 1999), como ocorre, por exemplo, na pescaria do salto, na região do Salgado paraense (LIMA, 2018), ou na pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*), em Mamirauá/AM (ALENCAR; SOUSA, 2017).

Investigações antropológicas e de abordagens etnoecológicas são fundamentais para o entendimento das dimensões sociais em torno da atividade pesqueira. Com efeito, os estudos de Furtado (1993), Mourão e Nordi (2003), Alencar (2004), Barros (2012), Govindin e Miller (2015), mobilizam temáticas como identidade, conflitos sociais, territorialidades, etnoecologia, memória e cosmologias, demonstrando que o universo da pesca encontra-se imbricado em diferentes questões, havendo, portanto, necessidade de construções epistemológicas interdisciplinares.

Em razão da rica biodiversidade de peixes e outras espécies úteis associadas ao bom estado de conservação dos territórios ocupados por comunidades tradicionais (FERREIRA, 2004), estes geralmente têm sido alvos de processos de expropriações, projetos de agronegócio, e de práticas produtivas incompatíveis com as características sociais e ambientais de territórios definidos pela pesca.

Tais ocorrências ganham corpo principalmente quando se tratam de territórios que foram violados por agentes contrários às comunidades tradicionais, e cujas questões fundiárias não foram devidamente regularizadas pelos órgãos governamentais competentes, como no caso do Território Sesmaria do Jardim. Em terras tradicionalmente ocupadas na Amazônia, os recursos existentes nestas áreas são considerados de uso comum (BARBOSA; ACEVEDO-MARÍN, 2010) e acessados, segundo regras específicas, por todos os membros da comunidade, lógica contrária àquela presente nos regimes de propriedade privada, os quais valorizam os recursos como fonte de renda monetária, apenas.

No caso do território em comento, observamos incompatibilidade nas formas de apropriação e uso dos campos inundáveis que, de um lado, as famílias quilombolas reivindicam a continuidade do uso tradicional desse ambiente, sobretudo para acessar e conservar o recurso pesqueiro, fundamental à segurança alimentar das famílias; por outro, os criadores de búfalos e piscicultores, os quais reclamam o direito de uso com privatização de áreas por meio de cercamentos que, segundo as comunidades, são incompatíveis do ponto de vista socioambiental. Estas visões distintas, por sua vez, se chocam, gerando os conflitos, os quais serão analisados à luz das reflexões pontuadas por Acselrad (2010), Almeida (2009), Alencar (2004).

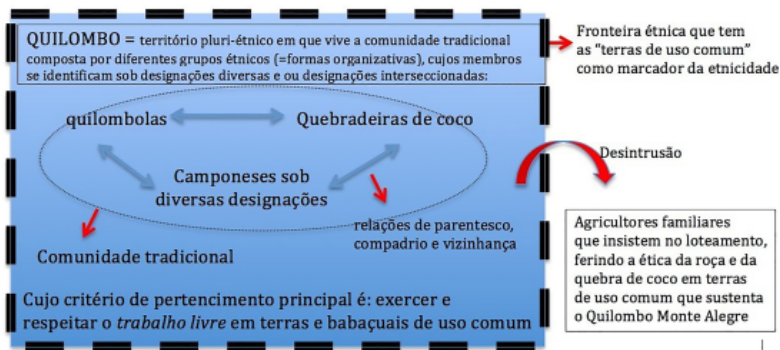
AS COMUNIDADES ENVOLVIDAS NO ESTUDO

As comunidades tradicionais Bom Jesus e São Caetano, ambas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, comportam diversas designações assumidas pelos grupos sociais que integram o Território Sesmária do Jardim. Essas designações são diversas e por vezes antagônicas, revelando identidades autoatribuídas, especialmente em contextos públicos reivindicatórios.

Tomamos como ponto de partida para nossa discussão, o esquema orientador abaixo (Figura 1) para relacionar as diferentes designações, que são dinamicamente acionadas nas diversas situações sociais observadas² (GLUCKMAN, 1958). As famílias que protagonizaram conosco esta pesquisa, se autoidentificam como quilombolas e reivindicam o Território Sesmária do Jardim como quilombo, cientes de que este é o direito que lhes garante a Constituição.

As famílias quilombolas compõem o grupo étnico que, sendo uma forma organizativa, define a maneira de organizar esse território (BARTH, 2011). Nessa forma de organizar, o Quilombo comporta grupos com etnicidades distintas que conformam comunidades tradicionais. Nas comunidades tradicionais que vivem no Território Quilombola existem, além dos quilombolas, grupos de ancestralidade negra que não se identificam como quilombolas, mas se identificam como quebradeiras de coco ou pescadores ou pequenos criadores, ou grupos de origem nordestina que não se identificam como quebradeiras de coco, mas se identificam como agricultores familiares. A princípio, os diferentes grupos poderiam ser conceituados como camponeses e se relacionariam conforme abaixo:

Figura 1 – Esquema orientador para o uso dos termos e definições utilizados neste artigo.



Todos esses grupos vivem no Território Sesmária do Jardim, em três comunidades tradicionais: Bom Jesus, São Caetano e Patos. O critério de pertencimento a essa comunidade tradicional é respeitar e praticar o *trabalho livre* e as terras e águas de uso comum. Assim, como vimos na teoria, a pesquisa empírica demonstrou que as divergências e conflitos são parte constituinte da vida em comunidade (FERREIRA, 2005); a questão é identificar qual ou quais são os elementos inegociáveis, que oferecem risco à existência social das comunidades naquele território tradicional. E, ainda, quais são os elementos inegociáveis que oferecem risco de violação impune de direitos constitucionais.

Em levantamento realizado em 2017, viviam 45 famílias em Bom Jesus e 66 em São Caetano. Patos teve origem mais recente, e as famílias não se reconhecem quilombolas, porém, assim como as outras participam da vida

social do território nos diversos âmbitos, compartilhando as igrejas, postos de saúde, escolas e locais de festas.

ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi conduzido junto às comunidades tradicionais de São Caetano e Bom Jesus, ambas localizadas no Território Sesmaria do Jardim, Matinha/MA. Este território foi assim denominado pelas famílias que se identificam e são identificadas pela sociedade envolvente como quilombolas³.

Esta área encontra-se situada sob o domínio do bioma amazônico, numa transição com o bioma Cerrado, com influência de ambientes costeiros e marinhos. O campo, ecossistema-foco de nossa pesquisa, compreende, em associação aos demais ecossistemas locais, a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, declarada como tal pelo Decreto Estadual Nº 11.900, de 11 de junho de 1991. Esta unidade de conservação de esfera estadual abrange 32 municípios maranhenses e possui uma extensão territorial de 1.755.035,6 ha. Ressaltamos que, em 2000, a região foi declarada como Sítio Ramsar em razão de sua importância como área úmida de relevância ambiental e social. É atualmente o maior conjunto de bacias lacustres da região Nordeste do Brasil.

Ecologicamente se caracteriza pela presença de áreas de manguezais, babaçuais (formação composta por palmeiras de babaçu – *Attalea speciosa* Mart ex. Spreng), matas ciliares, remanescentes de Floresta Amazônica, e os chamados Campos da Baixada. Estes, por sua vez, são divididos em Campos de Teso (partes altas que não sofrem processo de inundação) e os Campos Inundáveis (áreas baixas sujeitas as inundações periódicas). A fauna é marcada por uma infinidade de espécies, sobretudo de aves e peixes, importantes como fonte alimentar e de renda para as famílias (SILVA, S/D).

As principais ameaças presentes na região advêm da bubalinocultura, do cultivo de arroz, da implantação de tanques e açudes artificiais para a piscicultura, falta de fiscalização por parte dos órgãos governamentais, dentre outras. No nosso caso específico, a criação de búfalos tem sido a ameaça mais emblemática relatada pelos comunitários afetando a vida das famílias dependentes dos campos para a sua sobrevivência.

Matinha está localizada na mesorregião Norte Maranhense e na microrregião Baixada Maranhense, fazendo divisa com os municípios de Viana e Olinda Nova do Maranhão. A população divulgada pelo último censo do IBGE (2010) registra um total de 21.832 habitantes. Encontra-se distante cerca de 222 km da capital, São Luís. Possui IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) médio (0,64).

Em ambas comunidades encontramos as chamadas “igrejas de crente”, católicas e escolas públicas, havendo ainda a presença de agente comunitário de saúde. Na comunidade São Caetano, há três “igrejas de crente”, uma católica, e uma escola municipal. Já em Bom Jesus, existe uma igreja católica e uma igreja protestante.

A região apresenta PIB estimado em 20.200 a 110.000 reais, sendo de 17-27% de origem agrícola, em área de influência costeira, com predominância de plintossolos cobertos em sua maioria por vegetação secundária e pastagens, sendo categorizado como medianamente vulnerável à perda natural dos solos (EMBRAPA, 2014).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir de 2015, houve uma demanda das lideranças de ambas comunidades para que o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da UFPA contribuísse com levantamento e análise de dados referentes ao processo de regularização fundiária da área que ocupam tradicionalmente, com vistas a identificação e delimitação enquanto quilombo. Portanto, optou-se pela metodologia da pesquisa-ação, em que os demandantes e protagonistas principais são os próprios atores locais (THIOLLENT, 2005).

O diálogo foi estabelecido em razão de ações e pesquisas presentes e pretéritas do INEAF junto ao MIQCB em outras áreas de sua atuação. Inclusive no Território Sesmaria do Jardim, atualmente existe uma estação de produção de azeite e outros produtos de babaçu, como resultado de tais intervenções. Com efeito, o papel da UFPA neste empreendimento seria o de realizar pesquisas e gerar relatórios que subsidiassem maiores esclarecimentos sobre a realidade social, fundiária e ambiental da área. Para isso, foi firmado termo de cooperação com o órgão do Estado do Maranhão responsável pela regularização de terras sob responsabilidade da esfera estadual, neste caso, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA).

Desde então, foi estabelecida uma equipe multidisciplinar formada por advogado, antropóloga, etnobiólogo e turismóloga, com vistas a conduzir investigação de campo e documental, para se constituir um panorama geral da situação. Com esta meta, vários componentes da realidade em questão foram considerados em nossos estudos. Dentre estes componentes, destacamos os sistemas de produção, os quais compreendem o extrativismo vegetal; criação de animais de pequeno, médio e grande portes; agricultura; e pesca, sendo este último o foco deste artigo.

No período de 2016 a 2018, realizamos viagens de campo com permanência que variou de um a trinta dias, durante o período chuvoso e o período mais seco, em ambas comunidades. Compreendendo a pesca como uma atividade produtiva que se constitui a partir de complexas conexões entre natureza e cultura, optamos por seguir uma abordagem etnográfica, não partindo daquela noção convencional de “metodologia-mãe” da antropologia, como bem pontua Peirano (2014), mas, da ideia do diálogo vivido, que se revela em fala e escrita vinculadas a palavras que provocam ações, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados. Da mesma maneira que os demais sentidos (audição, visão, olfato, tato), a fala tem implicações relevantes na trama da empiria, quando os objetos capturados pelos sentidos são etnograficamente registrados. Com efeito, Clifford (2016) também traz uma reflexão interessante sobre a etnografia, quando diz que:

“A etnografia situa-se ativamente entre poderosos sistemas de significados. Coloca suas questões nas fronteiras entre civilizações, culturas, classes, raças e gêneros. A etnografia decodifica e recodifica, revelando as bases da ordem coletiva e da diversidade, da inclusão e da exclusão. Ela descreve processos de inovação e de estruturação e faz parte, ela mesma, desses processos (...) A etnografia é um fenômeno interdisciplinar emergente (...)” (CLIFFORD, 2016, p. 33).

A observação participante (GEERTZ, 1989) integrou a lista de procedimentos adotada para compor os produtos etnográficos. Este recurso metodológico nos permitiu conviver de perto com os moradores, andando no campo, pescando, acompanhando a elaboração das artes de pesca, registrando as cercas eletrificadas no campo impostas pelos criadores de búfalos, participando, enfim,

da vida cotidiana dos comunitários e sempre atento ao aconselhamento de Cardoso de Oliveira (1996) quanto a olhar, ouvir e escrever.

Consideramos esta investigação como sendo do tipo qualitativa (MINAYO, 2000), pois esta requer como elementos fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com os atores sociais envolvidos, pois ela destaca os sujeitos sociais que possuem as qualidades que o investigador pretende conhecer.

Conduzimos entrevistas abertas (MINAYO, 2000) seguindo sempre um roteiro livre, com perguntas que permitissem aos interlocutores narrarem suas experiências, sabedorias e inquietações. Em algumas situações gravamos estas entrevistas; noutras, procedemos anotações em diário de campo. Inicialmente pretendíamos efetivar as entrevistas individualmente, mas, no decorrer do processo, com o envolvimento natural de membros da vizinhança ou da família, acabamos por realiza-las em grupo, o que foi interessante, pois as informações se complementavam ou, por vezes, eram confirmadas quando havia dúvida. Com a finalidade de conhecer as etnoespécies⁴ de peixes úteis às comunidades, adotamos a técnica da lista livre (ALBUQUERQUE et al., 2010), geralmente empregada em pesquisas etnobiológicas. Este procedimento consiste em perguntar ao entrevistado quais etnoespécies (de peixes, neste caso) ele conhece no contexto de sua localidade. A técnica pode ser adotada para qualquer grupo de animais ou plantas.

Um banco de imagens foi concebido ao longo da pesquisa. Fotografias, desenhos, mapas, croquis têm se revelado cada vez mais um componente de valor quando se quer associar o texto etnográfico ao campo imagético. As imagens, enquanto recurso visual, podem falar muito sobre um dado contexto sociocultural. Incluímos os desenhos das artes de pesca elaborados por Rogério Mendes, uma das lideranças da comunidade Bom Jesus, e fotografias diversas. Apoiamo-nos na Antropologia Visual como ferramenta metodológica (ECKERT; ROCHA, 2016).

Para identificação científica dos peixes registrados em parceria com os pescadores e pescadoras artesanais, procedemos a consultas à literatura disponível que tratasse sobre o assunto. Recorremos também a dois especialistas em ictiologia com experiência na área geográfica da APA da Baixada Maranhense. Como disponibilizamos apenas fotografias e respectivos nomes designados pelas famílias, ressaltamos que em termos sistemáticos, as informações foram designadas como pistas taxonômicas. Para uma identificação mais precisa, seria necessário haver coleta dos peixes, procedimento não adotado.

Como parte da pesquisa-ação, a metodologia também contou com ações públicas organizadas com o auxílio de alguns moradores, como a Oficina de Pesca, ocorrida na comunidade Bom Jesus, e o Mutirão para limpeza do campo. Esta prática se mostrou muito útil porque foi protagonizada pelos próprios moradores, envolvendo desde crianças, jovens e os adultos, sem distinção de gênero ou faixa etária.

Durante a semana que antecedeu o dia da atividade “oficina de pesca”, convidamos as famílias a participar, solicitamos que os conhecedores das artes de pesca juntassem os materiais necessários (fibras vegetais, cordas, cordões, pedaços de ferro, linhas, etc.) para elaborarem os instrumentos durante a oficina. A ideia era socializar conhecimentos entre aqueles que sabem fazer e aqueles que conheciam e não sabiam fazer e os que não conheciam nada, como nós, acadêmicos. Durante a oficina, as mulheres autodesignadas como *pescadeiras* e os homens pescadores, fizeram demonstração dos diferentes usos das técnicas

de pesca. Foi um dia de intenso aprendizado, com trocas de conhecimentos, relatos de experiências e histórias, bem como momentos lúdicos (Figura 2).

Figura 2 – Oficina de pesca na comunidade Bom Jesus, Matinha/MA, ocorrida em 21 de maio de 2016



Fonte: Foto Flávio Barros.

Por último, ocorreu o Mutirão de limpeza do campo, ação pública levada a cabo pela comunidade e movimento social, com apoio da universidade. Desde o início da pesquisa, registrou-se denúncias sobre a degradação dos campos inundáveis devido aos desequilíbrios ambientais, tanto pela agressiva invasão de espécies exóticas como pela presença dos búfalos, e ainda pela intensa expansão de plantas invasoras, como o algodão.

Os campos estavam tomados por gramíneas e outras invasoras, que impediam o bom desenvolvimento dos peixes, o exercício das diversas modalidades de pesca e a livre circulação das canoas. Com o apoio de um projeto financiado pela *Climate and Land Use Alliance* (CLUA), as famílias quilombolas se reuniram para limpar, manualmente, 4 ha de área que seriam inundados pelas águas do rio.

Além da retirada manual da vegetação indesejada, as famílias também se reuniram para reivindicar um trator junto a Prefeitura de Matinha, para apoiar a limpeza. Mais que o serviço em si, o apoio da prefeitura simboliza uma conquista de direito. Em diferentes etapas da ação, os criadores de búfalos circundaram ameaçadoramente o grupo, porém, oposto das violências que costumavam infligir às famílias quilombolas individualmente, no Mutirão, foram intimidados pelo número de participantes. Durante o Mutirão, dados foram coletados e a ação pública da limpeza reverteu em desdobramentos de outras ações.

Os procedimentos metodológicos, portanto, foram concebidos e articulados segundo a lógica da pesquisa-ação, com maior ou menor participação dos autores, definida pelo próprio grupo local.

CONFLITO: O CAMPO ESTÁ PRESO!

Os campos inundáveis do Território Sesmaria do Jardim representam um ecossistema típico de zonas úmidas, de enorme importância na vida dos moradores, tanto do ponto de vista ambiental como socioeconômico. A paisagem é considerada pelos moradores e forasteiros (os de fora) como um lugar de beleza singular. É neste ecossistema que circula a água para a manutenção do sistema ecológico de campos e lagos e para o consumo da população da região. Os moradores utilizam o campo também para se deslocar de uma comunidade

à outra por meio de embarcações do tipo canoa, além de ser local de lazer para crianças e adultos. Com efeito, torna-se importante mobilizar a noção de território como resultado do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (LITTLE, 2003).

Registramos várias espécies de peixes e aves que fornecem alimento e renda para as famílias; entretanto, estes recursos encontram-se ameaçados e, segundo relataram os interlocutores, estão se tornando escassos. Somente de peixes, incluindo as categorias êmicas cangapara⁵, jacaré, caranguejo e camarão, listamos 40 etnoespécies (Quadro 1). Este dado demonstra que o conhecimento tradicional sobre a sociobiodiversidade⁶ e do próprio território ocorre por meio de um aprendizado, resultado de uma experiência vivida e também compartilhada, não se restringindo ao que cada uma das sociedades conhece pela experiência direta, como asseverou Alencar (2004) em seus estudos conduzidos com pescadores no Alto Solimões.

Quadro 1 – Peixes presentes nos campos das comunidades São Caetano e Bom Jesus (Matinha/MA), habitat e modos de captura (artes de pesca/técnicas)

Nº	Etnoespécies de peixes (nomes locais)	Pista taxonômica	Habitat	Modos de captura (artes de pesca/técnicas)
1	Piaba	<i>Astyanax bimaculatus</i> ; <i>Moenkhausia</i> sp.	Fundo do campo/ samambaia	Anzol, rede, tarrafa, cofo, litro, manzuá e matapi
2	Jeiju	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	Beira do campo	Rede, choque, anzol
3	Piranha vermelha	<i>Pygocentrus nattereri</i>	Na raiz do pajé/junco	Rede, anzol e choque
4	Piranha branca	<i>Serrasalmus rhombeus</i>	Entre a vegetação do pajé	Pudica, urupema
5	Pampo	<i>Metynnis</i> cf. <i>lippincottianus</i>	Samambaia/ fundo do campo/ no limpo	Tarrafa, rede e anzol
6	Camurim	<i>Centropomus</i> spp.	Na raiz do pajé	Urupema, rede, anzol e choque
7	Acará preto	<i>Cichlasoma zarskei</i>	Beirada	Anzol, careta, tarrafa, rede e choque
8	Sarapó preto	<i>Apteronotus albifrons</i> ????	Na raiz do pajé	Urupema, manzuá e tarrafa
9	Sarapó branco	<i>Sternopygus macrurus</i>	Na raiz do pajé	Anzol, rede e tarrafa
10	Acará/calambange	<i>Geophagus</i> sp.	Aguapel, samambaia	Anzol, rede e tarrafa
11	Cascudo (peito de pau)	<i>Megalechis thoracata</i> ??	Loca, beirada	Rede, choque e mão
12	Bagre	<i>Trachelyopterus galeatus</i>	Beirada	Anzol, rede, manzuá
13	Aracu	<i>Schizodon dissimilis</i>	Junco, limpo	Rede, tarrafa
14	Viola	<i>Loricaria cataphracta</i>	Fundo d'água	Tarrafa e rede

15	Bodó (boiacari)	<i>Pterygoplichthys</i> sp.	Limpo	Tarrafa e rede
16	Lilico	<i>Gymnotus carapo</i>	Raiz do pajé	Landruá, urupema, cofo
17	Peixe cachorro (urubarana)	<i>Acestrorhynchus lacustris</i>	Limpo	Rede e tarrafa
18	Cachorra parida	<i>Anchovia surinamensis</i>	Meio do campo	Rede
19	Muçum preto	<i>Synbranchus marmoratus</i>	Fundo e barrão	Vareta, choque e rede
20	Muçum rabo de bandeira	<i>Synbranchus</i> sp.	Na raiz do pajé	Rede e tarrafa
21	Muçum cocó	<i>Synbranchus</i> sp.	Na raiz do pajé	Rede e tarrafa
22	Carapitinga	<i>Eugerres</i> ?	Sem dados	Sem dados
23	Pirapema	<i>Megalops atlanticus</i>	Limpo	Rede e tarrafa
24	Branquinha	<i>Curimata macrops</i>	Sem dados	Sem dados
25	Peito de moça	Dados insuficientes	Junco, samambaia	Rede, tarrafa
26	Carcunda	<i>Charax awa</i>	Limpo	Tarrafa
27	Matapiri	Dados insuficientes	Fundo, aguapeua	Tarrafa, manzuá, litro e rede
28	Jandiá	<i>Rhamdia</i> sp.	Sem dados	Sem dados
29	Carrau	<i>Platydoras brachylecis</i>	Raiz do pajé, fundo, perto de lama	Rede e tarrafa
30	Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	Debaixo, pajé	Anzol, choque, urupema, espinhel, rede e tarrafa
31	Piau	<i>Leporinus friderici</i>	Raiz do pajé	Urupema, rede e choque
32	Tapiaca	<i>Curimata macrops</i>	Limpo	Rede, tarrafa
33	Mandi brocha	<i>Pimelodus</i> sp.	Poça, buraco, meio do campo	Rede, anzol
34	Mandi liso	<i>Pimelodus blochii</i>	Meio do campo	Rede
35	Curimatá	<i>Prochilodus lacustres</i>	Meio do campo	Rede e tarrafa
36	Tubi	(<i>Rhamphichthys atlanticus</i>)	Sem informação	Sem informação
37	Cangapara*	<i>Phrynops tuberosus</i> (Chelonia)	Limpo e barro	Anzol
38	Jacaré*	Crocodylia	Na raiz do pajé	Arpão
39	Camarão*	Crustacea	Samambaia, limpo	Landruá e urupema
40	Caranguejo*	Crustacea	Beirada do campo	Urupema, choque

Fonte: Trabalho de campo (2016). Marcados com * são categorias êmicas dos pescadores e *pescadeiras* artesanais, visto que esses animais são por eles classificados como peixes.

Até a década de 1990, quando não havia se consolidado a presença de búfalos nos campos do Território Sesmaria do Jardim, os animais de criação, como patos, galinhas e porcos, utilizavam o ambiente para forrageio, prática que não pode mais ser realizada, pois tal uso dessas áreas se tornou impossível com a intensificação da bubalinocultura, levando as famílias a criarem seus animais domésticos presos em quintais. Com esta nova realidade, houve um custo acrescido no orçamento familiar, pois, a necessidade de aquisição (compra) de ração para alimentar os animais domésticos se tornou obrigatória. Ainda que alguns sujeitos se utilizem de mandioca e milho para dispor aos animais, a produção não seria suficiente para atender ao consumo das famílias e à criação. Com este impedimento, várias unidades familiares abandonaram esta prática tradicional.

A presença de cercas de arame ligadas à energia elétrica, empregadas no manejo dos búfalos por seus criadores, serve igualmente para amedrontar as famílias, privatizando extensões relevantes dos campos inundáveis e afastando os comunitários dessa parte do território, fundamental à sua reprodução material e simbólica. Registramos relatos de pessoas que sofreram ataques dos búfalos; outras, acidentes com choque elétrico. Seu Ricardo, morador da comunidade Bom Jesus, enfrenta até o presente as sequelas deixadas em sua perna direita decorrentes de um ataque de búfalo. Dona Francilene, idosa quilombola, teve sua casa cercada pelos criadores, impedindo-a de ir e vir de casa aos locais de trabalho.

Os quilombolas reclamam da atual qualidade da água dos campos, marcada por odor forte proveniente da urina e fezes dos búfalos. Alegam a presença de vermes e micróbios na água, com doenças passando a acometer os residentes. Segundo os entrevistados, os peixes não possuem a mesma qualidade e sabor, havendo inclusive o aparecimento de peixes com vermes e doenças nunca registrados antes do advento da bubalinocultura. Soma-se a isto os buracos que se formaram no leito dos campos inundáveis, decorrentes do pisoteio dos búfalos, destruindo locais de abrigo de várias espécies de peixes. Os distúrbios na vegetação aquática também destroem ninhos, prejudicando a reprodução de aves e causando danos ainda não estimados em seus processos migratórios, a despeito do Brasil ser signatário da Convenção de Ramsar. Como dizem os interlocutores: “*a bufa é grande, pesada e perigosa... sai acabando com tudo!*”

Nos anos 1990, começaram a ser implantadas as primeiras cercas associadas à bubalinocultura extensiva. Seu Romeu, um pretense proprietário, foi um dos pioneiros na violação das terras de uso comum. Porteiras com cadeado foram colocadas em determinadas áreas reivindicadas como propriedade privada⁷. Estas cercas ficam dispostas nas margens e no interior dos campos, impedindo as pessoas de acessá-los e transitar conforme os requerimentos da pesca.

Durante a pesquisa registramos o desassossego dos moradores que, para adentrarem o campo tinham que dar voltas, ampliando demasiadamente seu percurso, até encontrar uma espécie de furo ou passagem. Além disso, estas cercas associadas a bubalinocultura não se limitam apenas ao campo; elas são colocadas em áreas onde as famílias quilombolas têm seus terrenos de trabalho. Os criadores de búfalo que se pretendem proprietários, sob a alegação de que faltou um pedaço da terra comprada, têm se apossado das terras tradicionalmente ocupadas pelas famílias quilombolas. Soma-se às violações de ordem fundiária e ambiental, ainda, as de ordem econômica: a destruição causada pelos búfalos aos roçados quando ultrapassam as cercas e invadem os cultivos, destruindo-os ou consumindo as várias culturas. Neste contexto, Dona Roberta nos relata o seguinte:

Antes de 1994 o campo era livre, todo mundo podia pescar...tem muito poção⁸. Os fazendeiros chegam dizendo que compraram a terra e dizem que não podem fazer nada. Depois, quando eu vejo, tem o pasto, tem a cerca, o veneno para matar o mato e desmatar as palmeiras babaçu. Depois carregam os jovens da comunidade para trabalhar nas fazendas, ganhando salários irrisórios criando assim conflitos internos entre os quilombolas como mais uma estratégia de investida. Existem fazendeiros colocando as cercas dentro do campo e não somente na beira, impedindo o povo de acessar o pescado. (Dona Roberta, Comunidade Bom Jesus, trabalho de campo/2016).

A pesca, principal atividade desenvolvida nos campos inundáveis, encontra-se comprometida. A quantidade e qualidade de diversas espécies de peixe vêm diminuindo progressivamente desde o início da bubalinocultura e da construção de açudes artificiais para armazenamento de água para o consumo dos búfalos em período de seca (entre outubro e dezembro) e também para a piscicultura. Estas práticas causam perturbações no regime natural das águas, afetando também os meios de vida. Seu Ricardo, sobre este assunto, conta:

A parte do poção era comum e natural; hoje é privado. Eles entraram, cavaram e formaram o açude para criar peixes tipo tambaqui. Então os peixes nativos saíam pelas nascentes e comiam os alevinos de tambaqui. Por esta razão jogavam cal para matar os peixes nativos. Hoje, os “peixes pretos” estão com melhor preço no mercado e por esta razão, não matam mais. Presenciei várias vezes urubu comendo peixe morto boiando no campo (Seu Ricardo, trabalho de campo, 2016).

A ação dos chamados fazendeiros e camponeses que aderiram à criação de búfalos inclui espalhar troncos e paus ao longo do campo para dificultar e mesmo impedir a atividade pesqueira uma vez que, com estes obstáculos, o uso de certas técnicas de pesca fica comprometido. Ameaças verbais de morte e afrontas como homens rondando armados de rifles e outras armas de fogo nas cercanias da região, com vistas a intimidar as famílias, completam o conjunto de ações que trazem sofrimento ao povoado de Sesmaria do Jardim.

Frequentemente, denúncias pelas famílias quilombolas são formalizadas em diversos órgãos públicos como delegacia de polícia civil do município de Matinha, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, mas as querelas continuam a fazer parte da realidade local.

Há uma década e meia, a pesca servia ao consumo das famílias e também para a comercialização local. Hoje o pescado não é mais usualmente vendido porque o peixe está escasso. Em raras situações, como a que presenciamos em São Caetano, é possível verificar a venda de peixe, mas aos próprios moradores. Dona Maria nos revela que no passado, há uns 15 anos, conseguia pescar cerca de 20 kg diários. Tirava o quantitativo para o consumo da família e vendia o excedente. Hoje em dia é raro encontrar pessoas que consigam pescar ao menos 5 kg de peixe. Quando isto ocorre, em meio a dificuldades, o pescador precisa investir tempo vigiando as redes a fim de que elas não sejam danificadas pelos búfalos. É preciso permanecer à espreita para afastar os animais de qualquer investida.

Como o pescado integra a cultura alimentar do povoado, as famílias, quando têm os meios, se veem “obrigadas” a comprar peixe para o consumo no comércio de Matinha. Segundo os moradores, o mais revoltante e humilhante nesse processo é saber que boa parte desse peixe (geralmente tambaqui), adquirido com sacrifício, é oriunda do próprio território, ou seja, são criados pelos piscicultores e fazendeiros nos açudes instalados nos campos, tradicionalmente

considerados bens de uso comum. A título de ilustração, apontamos o exemplo de Seu Fabiano, piscicultor que já construiu mais de uma dezena de açudes, com tubulações de grande porte (tipo esgoto) e bombas de puxar água do rio. Destacamos o detalhe de que peixe de cativeiro, como o tambaqui, não integrava a dieta das famílias quilombolas, que alegam ser alimentado com ração de milho transgênico, destoando dos peixes nativos, os quais se alimentam naturalmente dos recursos existentes no meio ambiente.

Para os quilombolas, as práticas adotadas pelos oponentes são vistas como uma afronta aos moradores e ao campo enquanto espaço social, que sempre foi livre. As territorialidades, nesta conjuntura, tornam-se ameaçadas diante da realidade imposta, assim como a segurança alimentar das famílias, uma vez que o recurso pesqueiro está escasso, preso e, portanto, inacessível. É a liberdade de ir e vir no campo e em todo o território que resta cerceada por esses inimigos indesejados, pois, para estas famílias, os campos inundáveis são espaços de vida.

Acselrad (2010), neste contexto, afirma que as lutas por justiça ambiental são caracterizadas pelos seguintes fatores: a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental justa contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental ocasionada pelo mercado; a defesa dos direitos do acesso justo aos recursos ambientais. No caso do Território Sesmária do Jardim, a luta é pelo direito ao acesso, conservação e renovação ao recurso, pois sem ele é ferido o direito de ser, de existir enquanto quilombola, uma vez que não é concebível a existência desses camponeses fora do trabalho, da cultura e da relação intrínseca com o campo e com a pesca e os demais sistemas de produção. O território, assim, não pode ser visto de modo fragmentado, mas por inteiro. Em seção mais a frente, falaremos da mobilização em torno da limpeza do campo como um ato político em defesa do meio ambiente e do território.

Situações de conflito em territórios pesqueiros afetando os modos de vida de comunidades tradicionais são relatados em vários estudos. Silveira (2012), por exemplo, descreveu o impedimento da tradicional agricultura de vazante e afetação da pesca entre populações ribeirinhas do São Francisco em razão da construção de barragem (Curaçá, BA); ao passo que Cardoso et al. (2018), trouxeram a problemática do Lago do Juá (Santarém, PA), cujos recursos pesqueiros são disputados por pescadores comerciais e artesanais, além das cercanias da área estarem sendo afetadas por empresas de construção civil. Clauzet (2006) destaca o crescimento da pesca comercial no âmbito do litoral brasileiro como sendo um problema, gerando conflito entre pescadores artesanais e comerciais, como o que a autora estudou no litoral paulista.

No caso do Território Sesmária do Jardim, o conflito é de maior complexidade, pois não se estabelece entre dois grupos sociais na disputa por um recurso apenas. O campo inundável é um conjunto de recursos não apenas materiais, mas imateriais, e tem sido apropriado física e simbolicamente de maneiras distintas pelos diversos atores. Enquanto os pescadores e *pescadeiras* fazem uso dos recursos pesqueiros em regime de uso comum, e estes recursos estão associados a sobrevivência dos moradores, os opositores transformam o campo em propriedade privada de maneira irregular, estabelecendo açudes particulares cuja função é criar peixe exótico para fornecer ao mercado. Para os pescadores/*pescadeiras* artesanais o peixe é importante na alimentação familiar; mas igualmente fundamental ao fortalecimento das relações sociais entre parentes e vizinhos. Peixes são presenteados, doados, compartilhados, trocados, portanto, numa dimensão mais macro do processo, a finalidade da pesca para estas famílias repousa na ideia do bem viver e não do lucro.

Em outra situação, temos a presença dos búfalos que, de acordo com as famílias em diálogo conosco, não deveriam existir no campo, pois este sistema de criação não faz parte de suas tradições, e não é compatível com o tipo de ecossistema. Reforçando essa concepção local, esses direitos estão garantidos pela Convenção 169 da OIT e pela Convenção de Ramsar, portanto, vemos que esses antagonismos não se limitam a embates no campo jurídico, mas se perpetuam porque se situam também no campo político.

De vereadores a deputados, representantes de interesses contrários aos pleitos das famílias quilombolas atuam para que a legislação fundiária e ambiental seja burlada. Embora o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), que atua através e no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, esteja bem ciente das violações que ocorrem nesse sítio que deveria estar protegido pela Convenção de Ramsar, o fato da APA ser estadual tem sido alegado como fator de restrição à atuação.

Assim, o cercamento dos campos com arames eletrificados continua a trazer problemas diversos, como já mencionamos neste texto. Decorre que os cercamentos nos últimos anos não estão restritos somente ao campo. Afetam a terra firme, violando os roçados e os terrenos das famílias, modificando, de maneira compulsória, as dinâmicas sociais e os sistemas produtivos tradicionais no território. O caso de modificações drásticas e em curtos prazos acarretam profundos distúrbios no tecido social da comunidade tradicional cuja diversidade já traz complexidades adicionais.

O aprisionamento de porcos e aves nos quintais foi um exemplo que usamos para ilustrar como uma prosaica modificação no sistema de produção pode se desdobrar em conflitos internos que ameaçam a coesão do povoado. No contexto de crescentes cercamentos, em 2017, um leitão de Seu Pedro foi abatido com uma enxada na cabeça em razão de o mesmo ter ultrapassado a cerca de um fazendeiro. Sem o porco, que estava sendo cuidado para alimentar sua família, restou ao homem a indignação de ver destruída a fonte de sustento e sua honra atacada com tamanha violência. Esse evento provocou um levante entre as famílias quilombolas, com desdobramentos para sua ação pública.

A PESCA: DIMENSÕES SOCIAIS E ECOLÓGICAS

Os campos inundáveis do Território Sesmária do Jardim recebem água do rio Bamburral, importante curso d'água que mantém o ambiente do campo e seus processos ecológicos. A dinâmica de seca e inundação é conhecida em nível de detalhes pelas famílias pescadoras, pois os tipos de peixes a se buscar, assim como as artes de pesca empreendidas, dependem desse conhecimento. De janeiro a maio é o período em que ocorre a entrada das águas pelos cursos para encher os campos. Em junho registra-se o pico de volume de água, permanecendo nesse nível geralmente até julho. Daí em diante, as águas tornam a baixar e o intervalo de setembro a dezembro finda com a seca, havendo ainda alguma reserva nos poços.

Conhecer os microambientes que compõem o campo é um requisito crucial para o acesso aos peixes. A enseada é um desses ambientes naturais que integram o ecossistema. É uma espécie de lagoa que se forma espontaneamente nos recantos do campo, em locais onde o relevo impede a continuidade do avanço da água, mas retendo e acumulando relevante volume de água que vem do rio Bamburral, devido a sua conformação de contorno e profundidade. Na época do verão, quando as águas começam a escassear, é a enseada que mantém

reserva hídrica para a manutenção de vários tipos de peixes. Nestes locais, os/as pescadores/as artesanais, então, podem assegurar seu acesso ao pescado.

Já os poços, outro tipo de ambiente, também têm como uma de suas funções acumular água, mas sendo submersos são percebidos apenas quando as águas começam a baixar, se aproximando do pico da seca. Geralmente têm formato circular, assemelhando-se a poços artesanais, e são fonte de água para o gado em tempos estios. Além das enseadas e poços, existem naturalmente as nascentes e margens, que variam anualmente, mas dentro de uma gama tradicionalmente conhecida. Esses marcos territoriais recebem nomes (por exemplo, “Poço do João Carlos”; “Poço da Isidória”; “Poço do Laguiño”) que os pessoalizam, e são de acesso e benefício ao conjunto das famílias através do uso comum, o que resulta em controle social mais equilibrado.

Já os açudes são ambientes artificiais construídos pelos criadores de búfalos e piscicultores e têm como finalidades armazenar água para o consumo dos bubalinos em período de seca e a criação de peixes, como o tambaqui, espécie que não ocorre no campo. A formação desses ambientes artificiais causa problemas à dinâmica ecológica do campo, pois os cursos de água são modificados, altera-se a morfologia do terreno e por vezes os piscicultores aplicam veneno para matar os peixes nativos que, ao passarem do campo para os açudes, acabam por consumir os alevinos das espécies exóticas. Os comunitários demonstram recorrentemente enorme preocupação com este tipo de ação, vindo a afetar a pesca e a dinâmica das águas no campo. A pesquisa registrou a existência de uma consciência ambiental dos pescadores/*pescadeiras* artesanais quanto a preservação não somente do campo, mas do território, pois o mesmo não é concebido de modo fragmentado. Há uma constante preocupação com a situação das matas do povoado que, nos últimos anos, estão sendo degradadas. Dona Fátima, de São Caetano, a esse respeito, nos relatou que o Curupira, um encantado da floresta, já não é mais visto pelas redondezas porque o homem está destruindo sua casa: as matas.

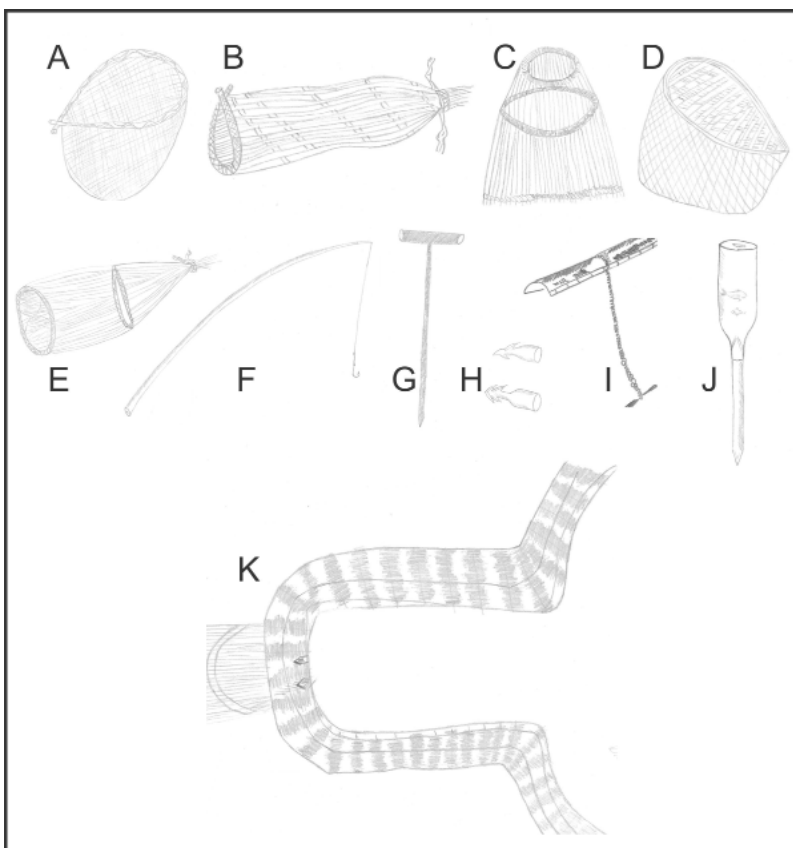
A vegetação do campo é outro sistema importante, pois, conforme os/as pescadores/as nos informaram, são as plantas que servem (em parte) de alimento e abrigo para os peixes depositarem seus ovos, bem como se protegerem de predadores. Várias foram as espécies dessas plantas relatadas e apresentadas, como a orelha de veado, samambaia, barba de bode, iguapeua, pajé, tripa de vaca, trevo aquático e junco. Os/as pescadores/*pescadeiras* conhecem estas plantas, seus nomes, dinâmicas ecológicas e locais de ocorrência, um conhecimento tradicional que se transmite pela observação e práticas sociais ao longo das gerações, demonstrando o grau de relação com a natureza revelado pela cultura. Seu Paulino, da comunidade Bom Jesus, comenta, neste contexto, que várias espécies de aves foram embora do campo em razão da destruição da vegetação nativa pelos búfalos. A japeçoca (um tipo de ave), por exemplo, necessita do pajé para construir seu ninho e chocar os ovos. É impressionante notar a leitura sistêmica que possuem sobre o ambiente na construção entre cultura e natureza como campos indissociáveis, pensamento que encontra convergência com as teorias de Ingold (2015) e Descola (2016).

Quarenta etnoespécies de peixes fazem parte da dieta local das famílias. Para acessá-los, os pescadores utilizam-se de várias estratégias (técnicas de pesca) associadas ao conhecimento tradicional em torno da dinâmica dos ambientes, bem como suas características específicas. Os peixes do Território Sesmária do Jardim são denominados pelos pescadores artesanais de “peixes pretos”, fazendo menção ao ambiente de água doce, ao passo que os peixes marinhos (não existentes na região) recebem a designação de “peixes de água salgada”. Podemos dizer que esta divisão é mais geral e confere especificidade quanto ao tipo de ambiente aquático. Outra forma de classificação é quanto a

estrutura de revestimento do corpo, havendo peixes de couro (bagre, jandiá), de escama (traíra, acará, piaba) e de casco (cascudo). Os estudos de etnoecologia abrangente desenvolvidos por Marques (2001), Mourão e Nordi (2003), Barros (2012) igualmente apresentam várias formas específicas de classificação entre as comunidades tradicionais (as chamadas classificações êmicas). Neste estudo, verificamos as etnoclassificações em termos de parentesco, como no caso do muçum, havendo o preto e o rabo de bandeira.

Diferentes artes e técnicas de pesca (Figura 3; Quadro 2) são empregadas na captura do peixe. Todo o material é elaborado minuciosamente com recursos naturais presentes no território, como fibras vegetais, madeira, cipós, dentre outros. Cada arte é apropriada a um conjunto de espécies, tipo de ambiente e época do ano. Para citar dois exemplos, temos o choque ou socó, que é utilizado no período em que as águas começam a baixar, quando se encontram na altura do Joelho. O choque é um funil invertido, feito de talas duras e pontiagudas sustentadas por cipó, que permitem uma técnica que de modo geral deve ser usada em grupo de pessoas (camboa). O instrumento é utilizado para capturar o peixe, que fica preso dentro do funil e depois é retirado pela abertura superior do choque. Já a urupema (Figura 4) é um “tecido” de palhas de babaçu, que é utilizada em simultâneo por dois/duas ou até mais pescadores/as, que devem deslizar o instrumento por baixo da água e suspendê-lo até a superfície, recolhendo a vegetação (o pajé) onde o peixe se esconde. Depois de retiradas as plantas aquáticas, deve-se recolher os peixes que ficaram. Esta técnica deve ser acompanhada de um cesto designado como cofo, que se carrega na altura da cintura e um porrete para, no caso de captura de um muçum, abatê-lo com uma pancada.

Figura 3—Artes de pesca utilizadas pelos pescadores e *pescadeiras*. Legenda: A - landruá, B - manzuá, C - choque ou socó, D - cofo, E - matapi, F - anzol, G - vareta, H - arpão, I - espinhel, J - litro e K- curral



Fonte: trabalho de campo-2016. Desenhos elaborados por Rogério Mendes.

Quadro 2 – Artes de pesca utilizadas no Território Sesmaria do Jardim, Matinha/Maranhão

Artes de pesca	Observações
Matapi	Elaborado com fibras vegetais de babaçu (“mãe palmeira”, como dizem as quebradeiras de coco babaçu e os/as pescadores/as artesanais do território). Usa-se o caranã e a parte da costa da folha para formar as talas. São formados dois arcos que se unem pela ponta dos talos deixando a boca mais aberta, área por onde o peixe vai entrar. O matapi lembra um funil. Quando o peixe entra não consegue mais sair. Geralmente ele fica armado numa tapagem. Tempo de água grande.
Manzuá	Feito a partir do cipó de jabuti e as fibras da pindoveira (palmeira de babaçu jovem), corta-se as talas num total de 12, 18 ou 20, sempre trançando uma por cima e outra por baixo, amarrando o conjunto das talas no final. Se diferencia do matapi porque estes dois cones, enquanto que o manzuá tem apenas um. Também é empregado nas tapagens, geralmente em curvas de rio. Tempo de água grande.
Landruá	Usado na época de seca, quando as águas já estão baixas, entre outubro e dezembro. Esta arte de pesca é elaborada com pedaço de tarrafa que se prende a uma madeira flexível (geralmente usa-se o jenipapinho, jeniparana, ou cipó pau).
Choque ou Socó	Esta arte de pesca se assemelha a um arco. Para sua confecção são necessários fibras de marajazeiro, ou flecheira, arame, cera de abelha para se passar nas amarras a fim de não apodrecerem. Tem a boca bem larga (de forma arredondada) e a parte superior tem uma abertura mais afunilada (também arredondada) de maneira que a mão e o braço do pescador/pescadora possa penetrar o seu interior para buscar o peixe que ficou aprisionado. Esta arte é utilizada no período em que o campo está com suas águas baixando (outubro a dezembro), quando estão na altura da cintura ou do joelho. Associado ao choque se usa o cofo para guardar os peixes capturados. É muito bom para pegar piranha, traíra, jeiju, muçum. Quando o pescador captura um peixe valente, como a piranha, é necessário apanhá-lo com saco plástico para que não haja prejuízo às mãos do pescador/a. Quando não há plástico, a vareta entra em ação. Geralmente essa arte de pesca é usada em grupo de várias pessoas (camboa), formando um cerco em que as pessoas ficam afastadas umas das outras por uma distância de aproximadamente 1 metro e vai afastando a vegetação para o centro do círculo para ir enterrando o cofo no fundo do campo.
Urupema	A elaboração dessa arte é feita com quatro paus de aproximadamente 1,20 metros associada as meaçabas com duas bandas, feitas das palhas da “mãe palmeira” babaçu. Usa-se o caranã do babaçu, cipó jabuti, para furar a meaçaba e amarrá-la ao pau. Esta arte é usada sempre em dupla, jogando-se a urupema por baixo do pajé (uma planta aquática, onde vários peixes se escondem) para retirá-lo da água e deixá-lo dentro da urupema. Em seguida os pescadores/pescadoras retiram o excesso do pajé sobre o apetrecho ficando apenas os animais se debatendo. Quando o peixe é valente e grande, um dos pescadores está preparado com um porrete para abater o peixe. Em seguida são acondicionados no cofo. Na urupema comumente se pega muçum, lilico, acará, caranguejo, dentre outros peixes.
Pudica	Tem forma retangular, com quatro lados e aproximadamente 40-50 cm de fundura, sendo fechada dos lados e no fundo. Essa arte também deve ser usada por duas pessoas, cada uma segurando numa ponta para ir arrastando na água e coletando o substrato que vem com os peixes que estavam abrigados nas plantas aquáticas. É feita da meaçaba (elaborada com fibra da “mãe palmeira” babaçu) dobrada no formato da pudica. Com este instrumento captura-se calambange, acará, piaba, pampo, aracu. Utiliza-se frequentemente no tempo da água baixa, nos poções.

Litro	Para a fabricação desta arte de pesca, utiliza-se uma garrafa de vidro sem tampa. Os moradores retiram o fundo do vidro com cordão e calor. Em seguida se coloca uma espécie de rolha feita artesanalmente com borracha de sandálias, deixando apenas um furo que corresponda mais ou menos ao tamanho das piabas que se quer capturar. A boca da garrafa é tapada com um pedaço de pau seguramente para travar a entrada de água por ali enquanto a outra extremidade deve ser afunilada de maneira que possa ser fincada ao fundo do campo. A madeira empregada pode ser o pau de murta, jenipapinho ou jeniparana. Acrescenta-se ao fundo do litro farinha, ou cuim de farinha ou gongos (larvas que se desenvolvem dentro do coco babaçu). Em seguida, coloca-se a rolha. Quando ele é colocado na água, formam-se bolhas à medida que a água vai penetrando. As piabas, atraídas pela isca, acabam entrando no litro e não conseguem mais sair de lá. Como disse o Rogério: “todo mundo entra em pânico lá dentro, ficam desesperadas sem saber sair”. Após se observar que um bom número de piabas entrou no litro, recolhe-se do campo, a rolha é retirada e a água com os peixes é derramada dentro do cofo, ficando apenas o peixe neste coletor.
Vareta	É feita de ferro ou de vigas usadas em construção de casas, medindo aproximadamente 1,20 m, com a ponta bem afinada e a parte superior fica presa a uma alça arredondada para não causar calos nas mãos dos pescadores/as. É eficiente na captura da piranha quando não há saco disponível, assim como serve para espetar o muçum e até cobra quando aparece no campo.
Arpão	Entrou em desuso desde os anos 2000. Era empregada na captura da capivara, que nestes tempos não existe mais no campo. Este mamífero foi bastante caçado. Os arpões eram confeccionados por ferreiros de maneira artesanal. Serve também para a captura de jacaré preto e jacaré laranja.
Espinhel	Feito com marajá e fibras da “mãe palmeira” babaçu. O espinhel pode medir cerca de 8 cm e ambas as pontas são bem afiadas, ficando preso ao “estrovo”, que deve ter entre 18 e 20 cm. Os estrovos ficam amarrados a um fio com mais ou menos 1 metro de tamanho, que por sua vez fica amarrado a um pau leve para boiar na água (babaçu ou buriti). Em cada espinhel deve-se colocar uma isca para atrair o peixe. O espinhel é colocado a noite para no dia seguinte, bem cedo, ser tirado com os peixes. Por vezes ocorre de jacarés pegarem os peixes que ficaram presos no espinhel.
Anzol	Confeccionado artesanalmente com agulha ou adquirido em lojas na cidade. Fica preso a uma vara com certa flexibilidade. Usa-se isca geralmente de minhoca, gongo ou mesmo pedaços de peixe.
Curral	Trata-se de uma barreira feita em locais com água corrente e abundante, geralmente onde passa um rio, elaborada com fibras da “mãe palmeira” babaçu, utilizando sempre a pindova (palmeira nova, em formação), o caraná. Tanto o landruá como o matapi podem se associar a esta arte para capturar os peixes.

Fonte: Dados de campo (2016 e 2017).

Figura 4 – Uso da urupema por 3 *pescadeiras* do Território Sesmária do Jardim, Matinha/ Maranhão



Fonte: Foto Anny Linhares.

As sociabilidades da pesca e as regras de compartilhamento ou divisão do peixe resultante da pescaria são elementos que marcam os modos de vida das famílias no contexto estudado. A pescaria é um trabalho que se encontra permeado de vivências, conversas, contação de histórias, brincadeiras, não havendo segregação geracional e ou de gênero. Nas observações que conduzimos em campo, registramos a atividade sendo realizada tanto por homens como por mulheres, jovens e crianças. Em regiões costeiras ou fluviais com grandes rios, como aqueles que ocorrem na Amazônia, é comum a pesca ser descrita como um trabalho de homens, muito embora a mulher tenha papel importante, ainda que para os pescadores, ou para as próprias mulheres, este trabalho seja visto como ajuda, bem como observado nos estudos de Vieira e Costa (2018). A forte participação de mulheres quilombolas na atividade pesqueira foi registrada em outros estudos, como os de Arruda et al. (2018), no Alto Guaporé/MT, e de Nascimento e Lima (2017), na região de Aracati/CE.

No nosso caso, tanto as mulheres como os homens são exímios pescadores e *pescadeiras* artesanais. Podemos inferir que a conformação geofísica do campo e a proximidade da residência, diferente do que ocorre com os grandes rios e o mar, favoreçam uma maior inserção das mulheres neste sistema de produção. Para se pescar junto, os atributos amizade e parentesco são fundamentais. Ou seja, uma pessoa não pesca com qualquer pescador/*pescadeira*. É preciso ter afinidades. Dona Roberta, da comunidade Bom Jesus, destaca de maneira saudosa as pescarias que fazia com sua amiga. Vejamos o relato:

Eu lembro com alegria das pescarias que fazia com minha melhor amiga. Antes de ir para a pesca a gente fazia logo um acordo sobre quem ia juntar o peixe no cofo e matar com pancada. Geralmente quem juntava, no retorno da pesca o outro fazia a divisão com regras claras. Os peixes pequenos eram colocados em dois pratos. Depois os peixes maiores eram divididos de forma igual. Quando dava ímpar criavam as regras: olha lá no teu prato, se alguém tem um peixe diferente, há uma escolha. Se no final tiver um ímpar, tipo bagre ou trairão, divide ao meio (Dona Roberta, trabalho de campo, 2016).

As regras também tomavam parte no controle da atividade da pesca na época da reprodução dos peixes. Os interlocutores comentaram que na altura da desova, havia uma combinação de pescar apenas para o sustento da família e todo mundo cumpria a norma. A comercialização só voltava a ser praticada quando o período de reprodução cessava.

“AGORA NÓS SÓ VAMOS ACEITAR CERCA DE BRAÇO, DE UNIÃO!”: O MUTIRÃO DE LIMPEZA DO CAMPO

Nesta seção passamos a discutir uma ação coletiva ocorrida entre os dias 15 e 23 de dezembro de 2017, chamada pelas famílias de “mutirão de limpeza do campo”, com a finalidade de proceder a limpeza de 4 hectares de campo. Foi proposta pelas lideranças comunitárias que estão na organização do Projeto Manejo da Gente (CLUA), e assessorado pelo INEAF/UFPA, e com o apoio do MIQCB. A proposta foi lançada para os membros das comunidades no mês de novembro e teve como mote a recuperação das áreas de pesca do campo, tomadas por plantações de capim e pela reprodução incontrolada do algodão.

Seu João, neste sentido, explica que há dois tipos de capim no campo, ou seja, o natural e o plantado. Esse segundo tipo é prejudicial, porque além de não fazer parte da vegetação nativa, quando a água dos campos sobe ele cresce e sobrepõe às águas e dificulta o deslocamento e reprodução dos peixes. Isso faz com que a cadeia alimentar seja afetada. Alguns peixes morrem sem oxigenação, outros não chegam a crescer como poderiam e alguns tipos deixam de ser encontrados. Por sua vez, os pássaros que se alimentam dos peixes dos campos também são prejudicados, pois ficam com a alimentação deficiente pela falta de peixes e pela dificuldade em capturá-los ante ao matagal de capim e algodão crescido sobre o campo.

Esses dois tipos de capim servem de alimentação para os búfalos que ocupam os campos quando estão cheios. A diferença entre eles reside justamente no motivo que leva os fazendeiros a plantarem o capim exógeno e o cultivarem com a aspersão de agrotóxicos. Destacamos, entretanto, que este algodão plantado se diferencia do algodão nativo, que só se desenvolve em terra firme e é usado para elaboração de tecidos.

Em razão da morosidade do Estado em atender as reivindicações do povoado em relação à retirada de cercas de arame ligadas a energia e a limpeza do campo, os grupos locais resolveram que não permaneceriam esperando que seus pleitos fossem considerados e a lei fosse observada e que era hora de agir de maneira mais ativa. Para esta ação, os quilombolas do Território, via Associações Quilombolas de Bom Jesus e São Caetano, MIQCB e UFPA, notificaram algumas instituições públicas visando dar publicidade ao ato, convidá-las a se fazerem presentes e solicitarem algumas demandas.

Ocorre que das instituições acionadas, a maioria sequer respondeu. As que o fizeram foram a Prefeitura e Secretaria de Infraestrutura de Matinha, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e a Secretaria de Direitos Humanos. As duas primeiras marcaram uma reunião com o presidente da Associação de Bom Jesus para esclarecer a ação e entender o que solicitavam da gestão municipal. Após a reunião, comprometeram-se em enviar as duas máquinas para atuar durante os últimos quatro dias da ação. A SAF se comprometeu em acionar alguns órgãos públicos. E o fez, mas não obteve sucesso em barganhar os pedidos das comunidades. E a Secretaria de Direitos Humanos chegou a entrar em contato com lideranças do Território, mas a parceria não prosperou.

Ante esta situação, os membros da comunidade se reuniram com a assessoria do projeto CLUA e lideranças do MIQCB e decidiram que, mesmo sem os apoios requeridos, permaneceriam com a ação. Então, reorganizaram-se e optaram por não mais haver a retirada das cercas e que o itinerário a ser percorrido começaria nos campos de São Caetano, próximo à Ilha Redonda, seguiriam para Bom Jesus, em torno de Laguinho, e terminariam em Patos. E assim o fizeram.

De sexta até domingo, fizeram a limpeza com o auxílio de patachos e com as suas próprias mãos, arrancando os algodões pela raiz. Na segunda-feira iniciaram as atividades, mas como o maquinário da Prefeitura não havia chegado como o prometido, em torno de meio dia, pausaram a limpeza e foram até a Prefeitura, em conjunto, para reivindicar o maquinário esperado. Quando saíram de lá, final da tarde, após conversar com a Prefeita Liniêda Cunha e o Secretário de infraestrutura, Eldo Jorge, os gestores se comprometeram a no dia subsequente pela manhã levarem pessoalmente o maquinário, com motoristas. E assim o fizeram no dia seguinte.

Durante os dias de limpeza manual, os quilombolas só estavam retirando algodão dos campos, porque mesmo o capim exógeno não prejudica a pesca tanto quanto o algodão, pois somente a atividade de retirada dos algodões já era penosa suficiente para o grupo. Alguns tiveram suas mãos feridas, inclusive.

Nos dias subsequentes, o capim também passou a ser retirado, já que as máquinas passaram a realizar a limpeza. Até a conclusão dessa atividade, no sábado, em torno do meio dia (23/12/2017), depois do almoço, o cenário era de muita empolgação e positividade, pois a atividade foi realizada com sucesso, pois houve muita participação da coletividade (segundo as listas de presença feitas pelas associações, durante todos os dias foram registrados mais de trinta presentes, havendo dias com quase setenta pessoas limpando os campos). Não tivemos incidentes violentos e a meta de limpar quatro hectares de campos, segundo a previsão local, havia sido superada.

A limpeza das cercas foi considerada pelos quilombolas como um processo de retomada do território. Consideramos que, como um processo de resistência, esse tenha sido um passo importante para a retomada do território, que envolve, principalmente, a consecução dos direitos sistematicamente violados nos últimos tempos. Contudo, demonstrou uma coesão e um grau de mobilização interno que surpreendeu até mesmo lideranças do MIQCB. Durante a reunião de encerramento e avaliação da ação, outras estratégias de resistência já eram traçadas pelos membros das comunidades que, empolgados e felizes por esse episódio vitorioso, cantavam assim:

Vem celebrar o novo dia
O novo céu
A nova terra
O novo mar
Onde não tem cercas
E nem os búfalos
E todos nós a liberdade iremos cantar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal no Território Sesmária do Jardim está configurada em meio a vários aspectos que incluem o trabalho, as sociabilidades, as práticas tradicionais e um conhecimento sofisticado sobre o ambiente e a sociobiodiversidade de peixes. Os dados revelam a existência de uma estreita relação entre os sujeitos sociais e a natureza numa perspectiva de dimensões inseparáveis, em que o campo é mais do que um espaço de pesca, mas sim, um espaço de vida.

A pescaria no Território Sesmária do Jardim é fundamental à reprodução das famílias, sobretudo no sentido da segurança alimentar e das iden-

tidades; contudo, o direito está violado frente aos conflitos sociais existentes entre quilombolas, de um lado, e criadores de búfalos e piscicultores, de outro. Infelizmente a lei não se faz cumprir, nem a ambiental e nem a que se vincula aos direitos humanos, pois os alçozes do processo aprisionam o campo, impedem o acesso ao recurso, proíbe em caso extremo até a liberdade de ir e vir das pessoas. Impressiona que a área está inserida num sítio Ramsar, e em escala estadual, integra uma área protegida, mas o Estado se vê imobilizado, pois não consegue interromper os agravos à natureza e às comunidades tradicionais.

A consciência ambiental e sociopolítica deste coletivo quilombola, desvelada pelas diversas formas de resistência, luta e ações coletivas, sustentam a esperança de ter seus direitos constitucionais assegurados, uma vez que a situação fundiária no território não se encontra definida, mas há reconhecimento de uma identidade quilombola.

Esta pesquisa-ação nos confirma o quanto é crucial o diálogo entre acadêmicos e sujeitos sociais, neste caso, as famílias quilombolas e pescadoras da Baixada Maranhense, para que a universidade, enquanto instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, possa estar atenta a vida dos seres humanos em situação, e se reconheça na construção e produção do conhecimento para além de suas fronteiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as lideranças quilombolas e as famílias pela parceria, por ter nos recebido em suas casas e pelo compartilhamento de saberes. Somos gratos ao Prof. Dr. Nivaldo Piorski, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a MSc. Adna de Albuquerque, pelo auxílio com relação às pistas taxonômicas dos peixes. Ao CNPq, pela bolsa de produtividade em pesquisa concedida ao primeiro autor e a CLUA, pelo auxílio financeiro ao Projeto “Manejo da Gente”.

NOTAS

¹ Para fins deste artigo, adotaremos como ponto de partida a definição de comunidade tradicional como: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO 6040 DE 2007, ART.3, INC 1).

² Para Gluckman, situações sociais são entendidas como os “eventos e suas interações observados (pelo pesquisador) numa sociedade em particular, a partir dos quais ele abstrai a estrutura social, as relações, as instituições, etc. daquela sociedade. Por elas e por novas situações, o pesquisador deve checar a validade de suas generalizações (1958:2).

³ O Território Sesmaria do Jardim é uma denominação mobilizada pelas famílias quilombolas que lutam pela regularização fundiária. Se autorreconhecem como quilombolas, agricultores e agricultoras, pescadoras (*pescadeiras*, como dizem as mulheres) e pescadores, quebradeiras de coco babaçu, caçadores. Além de São Caetano e Bom Jesus, há ainda a comunidade Patos, que fica localizada entre as duas já mencionadas, porém não utilizam a autodeterminação quilombola.

⁴ A noção de etnoespécie diz respeito às categorias êmicas mobilizadas pelos quilombolas.

⁵ Cangapara é um tipo de quelônio que ocorre na região, sendo apreciado e consumido pelos atores locais.

⁶ Conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais (PNPPS, 2009).

⁷ Apesar das reivindicações por parte das famílias quilombolas, iniciadas em meados da década de 1990, somente em 2017, efetivou-se processo de Identificação e Delimitação no ITERMA. No processo foram identificados apenas três registros dignos de consideração *de jure*. O processo não foi concluído até o presente.

⁸ O chamado *poção* ou *pução* trata-se dos aprofundamentos no relevo do leito dos campos inundáveis, onde os peixes se concentram, facilitando a pesca. Com o cercamento nas margens dos campos, esses *puções* têm acesso dificultado por terra, e com o cercamento no interior dos campos, mesmo com canoas, os pescadores ficam impedidos de acessá-los.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO-MARÍN, Rosa Elizabeth; ALMDEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos. Apresentação. *Caderno de debates Nova Cartografia Social*, v. 1, n. 3, 2012.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital F. C. *Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica*. Recife: NUPPEA, 2010.

ALENCAR, Edna Ferreira. Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do Alto Solimões (AM). *Boletim Rede Amazônia*, v. 3, n. 1, p. 67-75, 2004.

ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, Isabel Soares de. Aspectos Socioambientais da Pesca Manejada de Pirarucus (*Arapaima gigas*) no Sistema de Lagos Jutai-Cleto, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 9, n. 1, p. 36-71, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflitos sociais no "Complexo Madeira"*. Manaus: UEA Edições, 2009.

ARRUDA, Joari da Costa; SILVA, Carolina Joana da; SANDER, Nilo Leal; PULIDO, Maria Teresa. Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia Meridional, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 13, n. 2, p. 315-329, 2018.

BARBOSA, Maria Betanha Cardoso; ACEVEDO-MARÍN, Rosa Elizabeth. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no Vale do Rio Capim. *Novos Cadernos NAEA*, v. 13, n. 1, p. 27-45, 2010.

BARROS, Flávio Bezerra. Etnoecologia da pesca na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio – Terra do Meio, Amazônia, Brasil. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 4, n. 2, p. 286-312, 2012.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: Phillippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart. *Teorias da Etnicidade*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. Unesp, 250p., 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia da USP*, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

CLAUZET, Mariana. *Conflitos e soluções no uso de recursos marinhos do Espaço de Pesca Artesanal na Enseada do Mar Virado, Ubatuba/SP*. Brasília: III Encontro ANPPAS, 2006.

CLIFFORD, James. Introdução: Verdades parciais. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. (orgs.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, p. 31-61, 2016.

- DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, primeira edição, 2016.
- ECKERT, Cornélia; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Antropologia da imagem no Brasil: experiências fundacionais para a construção de uma comunidade interpretativa. *Illuminuras*, v. 17 n. 41, p. 277-297, 2016.
- EMBRAPA. *Coleção de Mapas Temáticos do Macro ZEE do Maranhão*. Matheus Batistella, Édson Luís Boffe, Luís Eduardo Vicente, Daniel de Castro Victoria, Luiciana Espinelli Araújo (org.). Campinas, SP: Embrapa. 2014.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. 2004. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. *Política e Sociedade*, n. 7, p. 105-118.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. 2005. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Ambiente e Sociedade*, v. 7, n. 1, p. 47-66.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. 1. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 486 p. 1993.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1989.
- GLUCKMAN, Max. *Analysis of a Social Situation in Modern Zululand. Manchester*: Publicada para o Rhodes-Livingstone Institute pela The Manchester University Press, 1958.
- GOVINDIN, Julienne Louise dos Santos; MILLER, Francisca de Souza. Práticas sociais e simbólicas: comunidade de pescadores e unidade de conservação em Baía Formosa/RN. *Sociedade e Natureza*, v. 27, n. 1, p. 125-139, 2015.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- INGOLD, Tim. *Estar vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. São Paulo: Vozes, 2015.
- ISAAC, Victoria Judith e BARTHEM, Ronaldo Borges. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia*. V. 11, n. 20, p. 295-339, 1995.
- LIMA, Marcileno Nunes. *Cartografia de saberes e processos educativos inscritos na pescaria artesanal do salto*. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade do Estado do Pará, 216p., 2018.
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, p. 251-290, 2003.
- MARQUES, José Geraldo Wanderley. *Pescando pescadores: Ciência e etno-ciência numa perspectiva ecológica*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2000.
- MOURÃO, José da Silva; NORDI, Nivaldo. Etnoictiologia de pescadores artesanais do estuário do rio Mamanguape, Paraíba, Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca*, v. 29, n. 1, p. 9-17, 2003.
- NASCIMENTO, João Louis Joventino do; LIMA, Ivan Costa. 2017. Na pesca e na luta: mulheres quilombolas pescadoras do Mangue do Cumbe contra as injustiças ambientais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. *Anais [...]* Eletrônicos. Florianópolis, 11p.
- PARRISH, Julia K. Using behavior and ecology to exploit schooling fishes. *Environmental Biology of Fishes*, n. 55, p. 157-181, 1999.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário et al. Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade, 21 p., Brasília, 2009.
- SILVA, Laís de Moraes Rego. S/D. Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão.
- SILVANO, Renato A. M. Pesca artesanal e etnoecologia. In: BEGOSSI, Alpina (org.). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: NUPAUB/USP e Editora HUCITEC, p. 187-222, 2004.
- SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. *Pesca artesanal, territórios e os impactos dos grandes empreendimentos*. Disponível em: www.coletiva.org/.../pesca-artesanal-territorios-e-os-impactos-dos-grandes-empreendime. Acesso em: 05 fev. 2019.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora, 136p. 2005.
- VIEIRA, Norma Cristina; COSTA, Nirvia Maria. Mulheres que pescam: marisqueiras ou pescadoras? In: BARBOZA, Roberta Sá Leitão; VIEIRA, Norma Cristina e SIQUEIRA, Deis (orgs.). *Desmantelando as fronteiras dos saberes na Amazônia*. Curitiba: Appris, 107-122, 2018.